

ATR NEWS



ASSOCIAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA DO BRASIL

Newsletter nº 7/2015 - Ano 02 - 02/03/2015

LEI DOS MOTORISTAS E ARMAZENAGEM SÃO DEBATIDAS NA PRIMEIRA REUNIÃO DA CTLOG EM 2015



No dia 25 de fevereiro aconteceu a 47ª reunião da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio, para debater os temas mais importantes para o setor. O encontro foi realizado na sede da Organização das Cooperativas do Brasil, e contou com a presença dos diretores da ATR Brasil Valmir Brustolin e Roberto Queiroga. Também esteve presente o deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS).

Para iniciar a pauta do dia, o gerente de economia da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Daniel Furlan, fez um relato sobre a fusão da companhia de ferrovias América Latina Logística (ALL) e a Rumo (empresa de logística controlada pela Cosan). A fusão, de acordo com a entidade, colocaria nas mãos de uma única companhia o controle de 45% da capacidade de embarque do porto de Santos, um dos mais importantes para o setor. "A fusão terá um impacto severo nas tarifas ferroviárias e refletir na renda recebida pelo produtor", explicou. Segundo Furlan, ao todo foram 16 empresas que se manifestaram contra a fusão da maneira como ela foi apresentada. Entretanto, no dia 12 de fevereiro, o Cade aprovou a fusão por unanimidade dos três conselheiros. "Vai mudar a lógica empresarial. O objetivo do grupo Cosan Logística passa a ser a maximização dos ganhos agregados, não importando mais se oriundos do transporte ferroviário, armazenagem ou elevação portuária", informou Daniel.

Em sua participação na CTLOG, o deputado Jerônimo Goergen, afirmou que como signatário da nova Lei dos Motoristas era muito importante que ele estivesse presente àquela reunião. "O projeto original é o exemplo do erro que é tentar resolver questões dentro de gabinetes. Tínhamos uma nova legislatura, imaginou-se que o debate estava pronto e acabou-se por aprovar uma lei que gerou um enorme problema", lembrou. A aprovação da Lei 12.619/2012 veio, segundo Goergen, no momento em que os caminhoneiros continuam em má situação. "A sanção deve ser exigida. O veto pode acarretar novos problemas que irão dificultar a reversão dessa paralisação que já traz problemas para economia como um todo." O parlamentar afirmou que a grande preocupação durante o seu mandato foi a questão do peso por eixo e que esta

reivindicação chegou a ele por meio da ACEBRA e ATR Brasil. "Negociamos muito, emendamos várias medidas provisórias até que o Contran aceitou como uma regra administrativa tentando fazer com que não aprovássemos a lei. Então a aprovação da lei foi, sim, uma conquista", disse.

Dando continuidade, o presidente da ACEPAR, Flavio Andreo, fez considerações sobre o Programa de Construção e Ampliação de Armazéns – PCA Cerealista. Andreo lembrou que em 2013 a ACEBRA juntamente com as cooperativas conseguiram sensibilizar o governo para que fosse criada a linha especial para cerealistas com 3,5% de juros ao ano. Flavio Andreo solicitou um posicionamento da CTLOG para que pelo menos os juros voltem para 6%. "Eu sei que é um momento difícil de negociação com o governo, em relação ao corte de gastos, mas cabe a nossa tentativa." Roberto Queiroga sugeriu que a CTLOG aproveite a época de elaboração do PAP e se pronuncie sobre a armazenagem. O presidente da Câmara, Luiz Fayet, pediu que a ACEBRA produzisse uma súmula sobre o tema e se comprometeu a compartilhar e colher sugestões através da CTLOG.

A seguir, o diretor da ATR Brasil, Valmir Brustolin, tratou sobre as normas de uso compartilhado do transporte de grãos e fertilizantes. De acordo com o diretor, devido a uma interpretação da lei para transporte de retorno os transportadores estão sendo multados. "Normalmente as indústrias de fertilizantes estão situadas em regiões de produção agrícola. Assim é preciso que a matéria-prima seja levada até as fábricas. Para facilitar, os caminhões voltam para os portos com as cargas de commodities. Esse é um processo natural." Porém, uma normativa da ANTT foi criada proibindo que caminhões que transportam cargas perigosas, principalmente enxofre e nitrato, estão proibidos de carregar produtos alimentícios. "O enxofre é solúvel em água. É só o caminhão ser lavado que não sobrar nenhum resquício do produto. Nós temos laudos entregues na Anvisa que afirmam que o caminhão é totalmente descontaminado com água", assegurou.

Segundo Brustolin, a fiscalização por meio do Inmetro está deixando de credenciar as empresas, se não for colocado um aviso no chassi do caminhão autorizando que ele circule com este tipo de produto. "Caso esse caminhão seja parado com algum tipo de material alimentício será multado e a carga será retida." A grande causa de revolta dos transportadores é que esta lei só é aplicada para o setor rodoviário. "Se é um problema de vigilância sanitária, a lei não pode ser específica para um setor", advertiu. Foi solicitado o apoio da CTLOG para que esta questão seja resolvida. Também foi solicitada a criação de uma súmula para que o assunto seja debatido.

A próxima reunião da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio está prevista para acontecer no dia 22 de abril.